



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 3-46.2011.6.02.0053

RESOLUÇÃO TRE/AL Nº 15.216
(06.02.2012)

REVISÃO DE ELEITORADO nº 3-46.2011.6.02.0053.

Interessado: Juízo Eleitoral da 20ª Zona.

Relator: Des. Eleitoral RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR.

EMENTA:

REVISÃO DE ELEITORADO. IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA.
MUNICÍPIO DE TRAIPI. REGULARIDADE DOS TRABALHOS
REVISIONAIS. HOMOLOGAÇÃO.

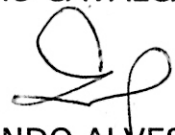
- Cumpridas as formalidades legais e ante a inexistência de vícios comprometedores da validade e eficácia dos trabalhos revisionais, homologa-se a revisão do eleitorado, nos termos do art. 76, inciso II, da Resolução TSE nº 21.538/03.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, RESOLVEM os Desembargadores Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, homologar a revisão do eleitorado do município de TRAIPI, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Maceió, 6 de fevereiro de 2012.


Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO - Presidente


Des. Eleitoral RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR
Corregedor Regional Eleitoral e Relator


Dr. RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procurador Regional Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 3-46.2011.6.02.0053

RELATÓRIO

Cuida-se de Revisão do Eleitorado do município de TRAIPIU, na conformidade da Resolução TSE nº 23.335, de 22.02.2011 (alterada pela Res. TSE nº 23.345), e do Provimento nº 03/2011-CGE, de 17.3.2011, da Corregedoria-Geral do TSE.

Neste Regional, a temática foi regulamentada pela Resolução TRE/AL nº 15.153, de 9.5.2011 (alterada pelas Res. TRE/AL nº.s 15.155 e 15.167), e pelo Provimento CRE/AL nº 03/2011, de 7.6.2011, da Corregedoria Regional Eleitoral de Alagoas.

O procedimento teve por escopo a atualização dos dados constantes do cadastro eleitoral e a implantação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante a inclusão de dados biométricos e fotografia.

Conforme previsão contida no art. 1º da Resolução TSE nº 23.335, estavam sujeitos ao processo revisional todos os eleitores, em situação regular ou liberada, inscritos nos municípios envolvidos ou para eles movimentados até 30 (trinta) dias antes do início dos respectivos trabalhos.

Nos termos da Portaria nº 413, de 31.5.2011, da Presidência deste Regional (folha 02), o período revisional no referido município foi fixado com início em 13.6.2011 e término em 5.12.2011.

O processo foi autuado em 2.6.2011, fazendo a Zona Eleitoral de origem juntar o edital de convocação de eleitores à(s) fl(s). 03, devidamente publicado, conforme a certidão de folha 04.

Os partidos políticos foram cientificados do procedimento por meio dos documentos cujas cópias estão acostadas à(s) fl(s). 11.

As requisições de servidores para apoio aos procedimentos revisionais foram efetivadas por meio dos documentos juntados às fls. 08-09, 12, dando-se, de tudo, ampla publicidade.

Após o encerramento dos trabalhos, os autos foram encaminhados à Promotoria Eleitoral do juízo *a quo*, que se manifestou, à folha 39, pela regularidade do procedimento e cancelamento das inscrições irregulares e daquelas cujos eleitores não tenham comparecido ao procedimento revisional.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 3-46.2011.6.02.0053

Em consonância com o art. 74 da Resolução TSE nº 21.538/2003, às fls. 40-41, o Juízo Eleitoral julgou regular o resultado da revisão eleitoral realizada no município de TRAIPIU, determinando que, após homologação por este Tribunal Regional, sejam canceladas 4.901 (quatro mil novecentas e uma) inscrições, referentes aos eleitores que não se apresentaram para a revisão do eleitorado.

A referida sentença, após a devida publicação, transitou em julgado, conforme se vê à folha 133.

O Juízo de origem, às fls. 134-140, lançou o relatório dos trabalhos desenvolvidos, previsto no art. 75 da Res. TSE nº 21.538/2003.

Em parecer acostado às fls. 144-146, na forma prescrita no *caput* do art. 76 da Res. TSE nº 21.538/2003, a douta Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas pronunciou-se pela regularidade dos trabalhos desenvolvidos, posicionando-se pela homologação da revisão do eleitorado.

É o Relatório.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 3-46.2011.6.02.0053

VOTO

Em princípio, cabe revelar que as razões da presente apreciação estão amparadas no disposto no art. 76 da Resolução TSE nº 21.538/03, que tem a seguinte redação:

Art. 76. Apreciado o relatório e ouvido o Ministério Público, o corregedor regional eleitoral:

I - indicará providências a serem tomadas, se verificar a ocorrência de vícios comprometedores à validade ou à eficácia dos trabalhos;

II - submetê-lo-á ao Tribunal Regional, para homologação, se entender pela regularidade dos trabalhos revisionais.

Assim, compulsando os autos, verifiquei, de pronto, o cumprimento pelo MM. Magistrado dos prazos presentes no calendário revisional.

A documentação juntada atesta que os trabalhos revisionais tiveram ampla divulgação, com repasse das orientações aos eleitores quanto às diversas datas, locais e horários de atendimento.

O edital de convocação do eleitorado e certidão informando a publicação da sentença, a que se obrigava o Magistrado, também encontram-se presentes nos autos.

Quanto ao aspecto formal da referida sentença, constata-se a observância às regras contidas no art. 74 da sobredita Resolução TSE nº 21.538/2003, culminando na declaração de cancelamento de 4.901 (quatro mil e novecentas e uma) inscrições eleitorais, de um eleitorado composto por 18.336 (dezoito mil trezentos e trinta e seis) eleitores sujeitos à revisão.

Segundo informou o Juiz Eleitoral da 53ª Zona (relatório dos trabalhos - folha 136 dos autos), compareceu à revisão biométrica de Traipu 77,92% do eleitorado.

Consigne-se, ainda, que a Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas manifestou-se pela homologação da revisão de eleitorado.

Assim, cumpridos os ditames legais da Resolução TSE nº 21.538/2003, não restam dúvidas sobre a legalidade do procedimento,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Revisão de Eleitorado nº 3-46.2011.6.02.0053

razão por que não há necessidade de adoção de quaisquer outras providências complementares.

Do exposto, nos moldes do art. 76, II, da Resolução TSE nº 21.538/2003, VOTO:

a) pela **HOMOLOGAÇÃO** dos trabalhos revisionais para que a sentença produza seus efeitos legais, com o efetivo cancelamento, no cadastro eleitoral, das inscrições irregulares e daquelas cujos eleitores não tenham comparecido ao procedimento revisional (art. 73 da Resolução TSE nº 21.538/2003) de **TRAIPU**.

b) pelo imediato retorno dos autos à Corregedoria Regional Eleitoral de Alagoas, a fim de registrar, no Sistema ELO, a homologação do procedimento, determinando que o juízo de origem proceda ao comando do ASE 469 (Cancelamento – revisão de eleitorado);

Após o comando do ASE 469, a Corregedoria Regional deverá, ainda:

I - certificar essa ocorrência nos autos, encaminhando-os à Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas, para tomar ciência da homologação do procedimento revisional;

II – devolver os autos ao juízo de origem, após o trânsito em julgado da homologação.

Por fim, tenho por enaltecer os trabalhos desenvolvidos pelo(s) Juiz(izes) e Promotor(es) Eleitoral(is) que atuaram no período revisional, servidores cartorários, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Corregedoria, além do Presidente e Diretor-Geral desta Corte que tornaram possível, contribuíram e apoiaram o aludido procedimento revisional.

É como voto.

Maceió, 6 de fevereiro de 2012.

Des. Eleitoral RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR
Corregedor Regional Eleitoral e Relator



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Revisão de Eleitorado Nº 3-46.2011.6.02.0020

Prot. 10.287/2011

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 06/02/2012 (SESSÃO Nº 10/2012)

RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR

PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: DR. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: MARCONDES GRACE SILVA

AUTUAÇÃO

INTERESSADO(S) : 20ª ZONA ELEITORAL (TRAIPU/AL)

DECISÃO

Resolvem os Desembargadores Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, homologar a revisão do eleitorado do município de TRAIPU, nos termos do voto do Relator. (Resolução nº 15.216, de 06.02.2012).

Participantes da Sessão: Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Eleitoral ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Eleitorais: JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES, RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, ANTÔNIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 6 de fevereiro de 2012.

Luciano Apel

Coordenador de Acompanhamento e
Registros Plenários Substituto

